

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Deputado Lindbergh comemora projeção da inflação

Lula 3 baterá seu próprio recorde de queda da inflação

O Governo Lula 3 caminha para registrar a menor inflação acumulada para um período presidencial de 4 anos desde o Plano Real. A projeção para o quadriênio (2023-2026) é de 19,73%. O índice supera o recorde anterior, de 22,21%, registrado no 2º mandato do próprio Lula (2007-2010).

O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e come-

morado pelo deputado federal, Lindbergh Farias nas redes sociais. Segundo Haddad, o presidente Lula bateu seu próprio recorde. O cálculo considera os dados oficiais de 2023 (4,62%) e 2024 (4,83%) acumulados e as estimativas do Boletim Focus, do Banco Central. O relatório projeta a inflação em 4,70% para 2025 e 4,27% para o próximo ano.

Antecessores

O índice projetado para o Lula 3 é inferior aos seus antecessores. O 1º mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) acumulou 43,44%, e o 2º (1999-2002), 39,87%. O 1º mandato de Lula (2003-2006) fechou em 28,20%. O período de Jair Bolsonaro (2019-2022) somou 26,94%.

Controle

O ministro afirmou que o controle inflacionário será acompanhado por outros indicadores positivos. E estima que o mandato de Lula termine com a menor taxa de desemprego em 4 anos. Haddad avalia ainda que Lula entregará o melhor resultado fiscal desde 2015.



Pagamento é feito nos dez últimos dias úteis do mês

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS final 3

A Caixa Econômica Federal paga nesta quarta-feira a parcela de outubro do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 3. O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 683,42. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assis-

tência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 18,91 milhões de famílias, com gasto de R\$ 12,88 bilhões. Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade.

Acréscimo

O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a gestantes e nutrizas (mães que amamentam), um de R\$ 50 a cada filho de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a cada criança de até 6 anos. O pagamento do benefício ocorre nos últimos dez dias úteis do mês.

39 cidades

Beneficiários de 39 cidades receberam o pagamento no dia 20, independente do NIS. A medida beneficiou moradores de 22 municípios do Acre afetados pela seca e moradores de cidades em quatro estados: Amazonas (3), Paraná (2), Piauí (2), Roraima (6) e Sergipe (4).

Consultas

O beneficiário do programa Bolsa Família poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, que é usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco estatal.

Defeso

Desde 2024, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro-Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023. O Seguro-Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade na piracema.

Barreirinhas: ‘Isenção do IR é resgate a favor do povo’

Tabela do Imposto de Renda ficou sem correção de 2015 a 2022

Lula Marques/Agência Braasil

Por Martha Imenes

Os trabalhadores com salários de até R\$ 5 mil ganharam mais um round na briga por aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda. Durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado sobre o PL 1.087/2025 – que trata da isenção de cobrança do IR ara quem ganha até R\$ 5 mil – o secretário especial da Receita Federal Robson Barreirinhas disse que “a reforma do Imposto de Renda é um resgate a favor da população brasileira”.

Unanimidade

O texto foi aprovado de forma unânime na Câmara dos Deputados no dia 1º de outubro e agora é analisado no Senado.

“É importante lembrar que a tabela do Imposto de Renda ficou sem correção de 2015 a 2022, uma defasagem de quase 60% da tabela. Se a tabela do imposto de renda fosse atualizada como foi no período anterior a 2015, não estaríamos tendo essa discussão da reforma”, disse o secretário.

Segundo Barreirinhas, o governo está fazendo nesse momento uma correção forte, mais equilibrada, para as pessoas mais pobres, com a arrecadação dos que ganham mais.

“Não há o que se falar em prejuízo para estados e municípios.



CAE do Senado ouve o secretário especial da Receita Federal, Robson Barreirinhas

Há que se falar em um reequilíbrio da tributação em favor da população brasileira. União, estados e municípios são parceiros no imposto de renda”, afirmou.

Isenções atuais

Atualmente, são isentos do imposto quem ganha até R\$ 3.036. O projeto determina que, em 2026, as pessoas que ganham até R\$ 5 mil, terão um desconto mensal de até R\$ 312,89, de modo que o imposto devido seja zero. Já quem ganha de R\$ 5.000,01 até R\$ 7.350,00, o desconto será de R\$ 978,62.

Segundo o governo, com a aprovação da proposta, serão

beneficiados com a isenção mais de 26,6 milhões de contribuintes, em 2026.

Compensação

Para compensar a isenção, cujo custo está estimado será de R\$ 25,8 bilhões aos cofres públicos, o projeto prevê a tributação das pessoas com rendimentos acima de R\$ 600 mil por ano, com uma alíquota progressiva de até 10%.

A alíquota máxima incidirá para quem recebe anualmente a partir de R\$ 1,2 milhão. Além disso, ela não será aplicada para quem já paga a alíquota máxima do IR, que é de 27,5%.

André Horta Melo, diretor institucional do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), também destacou a importância da tributação dos dividendos.

“Essa exceção brasileira termina com esse projeto de forma muito louvável, porque é um país desigual, e é justamente na tributação dos dividendos que é mais fácil exercitar a redução de desigualdades e isso está faltando no nosso sistema tributário. Essa volta da tributação de dividendos é central nesse projeto”, afirmou Melo.

Senador não descarta emendas

O presidente da Comissão de Assuntos Econômico (CAE), senador Renan Calheiros (MDB-AL), anunciou que vai sugerir mudanças no projeto de lei que prevê isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Relator do PL 1.087/2025, o parlamentar disse que o Senado não vai “fechar os olhos para inconstitucionalidades” incluídas no texto pela Câmara dos Deputados.

“A discussão se vai ter emenda ou se não vai ter emenda é uma discussão superada. Se tiver que fazer emendas, vamos fazer, sim. O que pudermos fazer para

que este projeto não volte para a Câmara, onde teve uma tramitação atípica, nós vamos fazer; o que não significa dizer que não vamos fazer emendas. Vamos fazer emendas. O Regimento Interno estabelece muitas hipóteses para fazer emendas”, disse.

Renan apoia a isenção do IR para quem ganha até 5 mil e a redução gradual da alíquota até R\$ 7.350. Segundo ele, esses pontos devem ser mantidos e enviados à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O parlamentar defende, no entanto, que outros dispositivos do texto — incluídos pelo relator da

matéria na Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) — sejam alterados e devolvidos como um “projeto paralelo”.

De acordo com a Agência Senado, Renan informou que o projeto pode ser desmembrado para que matérias alteradas voltem a tramitar na Câmara dos Deputados. “Se for necessário fazer um projeto paralelo, não tenham dúvidas que vamos fazer”, afirmou.

As alterações feitas pela Câmara podem reduzir a arrecadação prevista pelo governo para compensar a renúncia de receita provocada pela isenção. A pro-

posta, que determina uma taxa-ção mínima para pessoas de alta renda (acima de R\$ 600 mil) como medida compensatória, também institui a cobrança de tributos sobre lucros e dividendos e sobre títulos hoje isentos.

Os deputados, porém, aprovaram mudanças em algumas dessas medidas compensatórias. Continuarão isentos da taxa-ção mínima o rendimento das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Crédito do Agronegócio (LCA), por exemplo. Outra alteração isenta da tributação os lucros e dividendos distribuídos até dezembro deste ano.

Recursos do Reforma Brasil estão garantidos, diz ministro das Cidades

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Ministro das Cidades, Jader Filho, garante recursos

O ministro das Cidades, Jader Filho, garantiu que os recursos do programa Reforma Brasil, lançado pelo governo, vão sair. Segundo ele, nenhum dos programas e políticas públicas de sua pasta será prejudicado por conta de bloqueios orçamentários do governo federal, como o de R\$ 12 bilhões ocorrido no início do mês.

“Nenhuma das obras, nem do Minha Casa Minha Vida, nem do Reforma Brasil e nem de infraestrutura, mobilidade ou saneamento serão afetadas com os cortes orçamentários. A determinação do presidente Lula é de que não haja obra parada, porque obra parada é prejuízo”, disse.

Em entrevista ao programa Bom dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Jader Filho afirmou que só por meio do programa Minha Casa, Minha Vida cerca de 30 mil famílias já assinaram contratos em todo o país. “Temos hoje 1,1 milhão

de casas em obra, gerando emprego e renda”.

O ministro detalhou como será o programa Reforma Brasil, que pretende conceder crédito a partir de R\$ 5 mil, para reformas, ampliações e adequações de suas moradias.

De acordo com o Ministério das Cidades, estão previstos R\$ 40 bilhões em créditos exclusivamente para esse programa.

Casas

O Reforma Brasil atende inicialmente a moradores de áreas urbanas em capitais, municípios com mais de 300 mil habitantes ou que façam parte de arranjos populacionais com esse porte. O crédito é voltado principalmente para uso residencial, mas pode contemplar imóveis de uso misto.

As taxas de juros variam conforme a faixa de renda mensal das famílias. Na faixa 1, os juros são

de 1,17% para quem tem renda de até R\$ 3,2 mil. Para quem ganha de R\$ 3,2 mil a R\$ 9,6 mil, os juros ficam em 1,95%.

Quem tem renda acima de R\$ 9,6 mil, as regras são da Caixa, com valores de financiamento a partir de R\$ 30 mil e prazo de pagamento até 180 meses.

Processo simplificado

A operação de concessão do financiamento será simplificada e digital, iniciando pelo site da Caixa ou aplicativo do banco, a partir de 3 de novembro.

A operacionalização do pedido de financiamento ocorrerá por uma página específica na internet que estará disponível a partir desta terça (21).

O beneficiário vai precisar comprovar a realização da obra. A pessoa vai apresentar qual é a obra que ela quer fazer em sua casa e vai tirar uma foto. O crédito de 90% do total é liberado. Depois de comprovado o avanço da obra, por meio de imagens da melhoria no imóvel, libera-se os 10% restantes.